

O CONVIDADO

Economia precisa da justiça alternativa



**FERNANDO
TONIM**
Advogado

Tempos difíceis criam novas oportunidades. É a altura ideal para Portugal finalmente pôr as numerosas reformas, pensadas e repensadas há anos, em prática. Há quantos anos exigimos uma justiça mais eficiente e mais *lean*? Há quantos anos queremos implementar a resolução extrajudicial de conflitos, correspondentes aos que se praticam nas economias mais desenvolvidas? Há quantos anos estamos conscientes das vantagens de um Tribunal Arbitral para a

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)?

Com o mandato da *troika* tudo isso parece de repente possível e até realizável a curto prazo. Há muito que estávamos conscientes das várias vantagens da chamada "justiça alternativa" para a economia. As nossas soluções eram muito parecidas com as da *troika*. Contudo, os representantes dos FMI, BCE e CE deram-nos prazos, curtos, e impuseram-nos cumpri-los. Ainda bem. A economia vai ganhar e assim todos nós. As empresas valorizam a resolução extrajudicial de conflitos porque encontram ali uma ferramenta célere, ágil, segura e discreta, ou seja, um serviço que os tribunais comuns não oferecem. Hoje não há nenhum contrato internacional que não preveja uma cláusula arbitral. É evidente, portanto, que o futuro sucesso da nossa economia passa claramente pela implementação dos meios alternativos. Se

quisermos atrair novos investidores, é preciso realizar o plano imposto pela *troika*, que dedicou um capítulo inteiro ao sistema judicial, insistindo sobretudo na justiça alternativa. Este exige do Governo a aprovação de uma nova lei de arbitragem até Setembro para que a resolução alternativa de litígios funcione em pleno.

A nível da CPLP, as empresas lusófonas que preferem dirimir um conflito fora dos tribunais comuns têm de se deslocar a Paris, Londres, Nova Iorque ou Hong Kong, onde se situam os principais centros de arbitragem internacional. Esta solução dispendiosa terá uma alternativa vantajosa a partir de 2013, quan-

do o Tribunal Arbitral da CPLP estará em pleno funcionamento. A nova instituição visa preencher a lacuna do português como língua

jurídica, garantindo um serviço de igual qualidade, eficácia e credibilidade dos centros de arbitragem internacional já existentes.

O tribunal lusófono vai estimular muito os negócios entre os países de língua portuguesa. Mediar em português aproxima as empresas internacionais, dando-lhes a segurança de poder resolver conflitos de uma for-

ma célere, discreta e mais económica.

O caminho de sucesso está definido para uma justiça mais ampla e renovada. Aproveite-mo-lo!

“
As empresas valorizam a resolução extrajudicial de conflitos porque encontram ali uma ferramenta célere, ágil, segura e discreta, que os tribunais comuns não oferecem”